

TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2012



### Município de Indaial

**Data de Fundação** – 04/10/1886

**População:** 57.068 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 1.404,18 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	8
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	9
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	16
4.1. Situação Patrimonial .....	16
4.2. Análise do resultado financeiro .....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	21
5.1. Saúde .....	21
5.2. Ensino .....	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	23
5.2.2. FUNDEB .....	25
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	28
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	28
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	29
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	30
6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA .....	32
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	34
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF .....	37
9. RESTRIÇÕES APURADAS .....	42
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012 .....	42
CONCLUSÃO .....	43
ANEXO .....	45
APÊNDICE .....	46

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 13/00301470</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Indaial</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Sérgio Almir dos Santos - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2012
<b>RELATÓRIO N°</b>	2099/2013

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Indaial, relativas ao exercício de 2012.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2012 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Indaial, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 16/09/2013.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de

forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

Os primeiros habitantes da região de Indaial foram os índios carijós. Em 1850, sob o comando de Hermann Otto Blumenau, chegaram os imigrantes alemães, fundando a Colônia Blumenau. A partir de 1860, a margem esquerda do Rio Itajaí-Açu foi ocupada por grupos de famílias brasileiras saídas do litoral catarinense, principalmente de Armação, Camboriú, Itajaí e Porto Belo. Os italianos chegaram por volta de 1875, dedicando-se ao cultivo do arroz. Três anos depois, a região recebeu os primeiros imigrantes poloneses. Em 1886, pela Lei Provincial 1.116, de 04 de outubro, foi criado o distrito de Indaial, pertencente a Blumenau e que emancipou-se em 1893. Um ano depois, porém, foi anulada a lei que criou o município e Indaial viu-se novamente anexada à cidade de Blumenau. Em 28 de fevereiro, graças a um decreto assinado pelo interventor federal Aristiliano Ramos, Indaial teve finalmente assegurada sua condição de município independente.

O Município de Indaial tem uma população estimada em 57.068<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,78<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 1.404.178.289,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 25.626,50, considerando uma população estimada em 2010 de 54.794 habitantes.

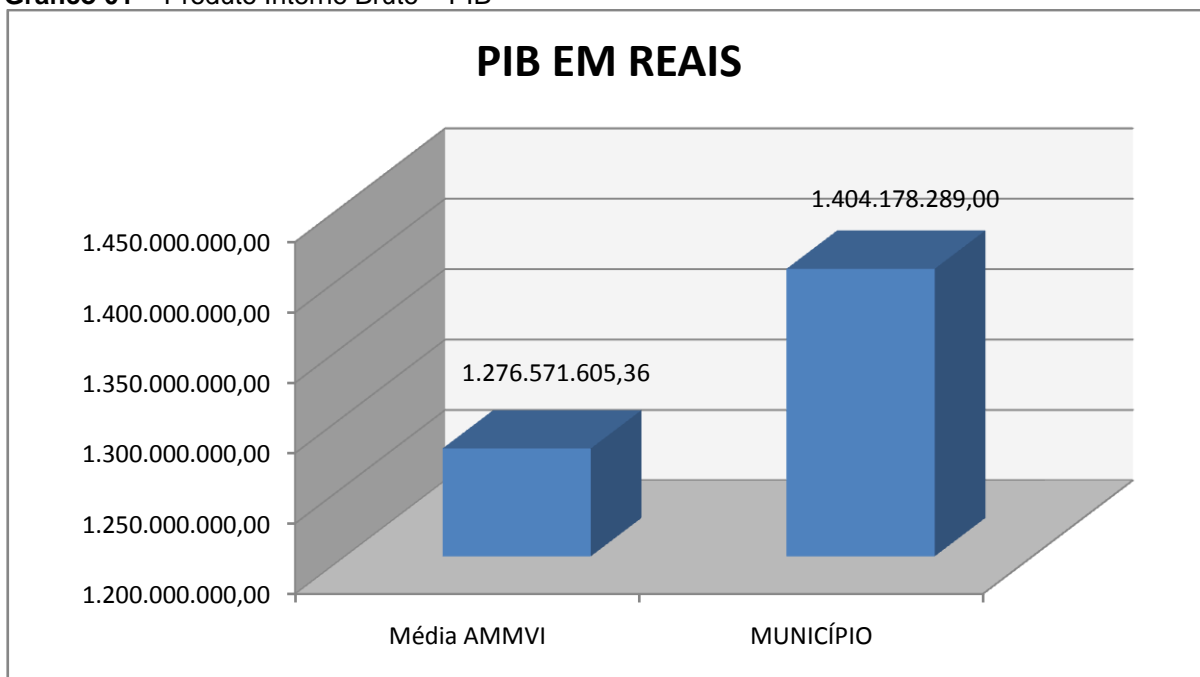
<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

<sup>2</sup> IBGE - 2012

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2010

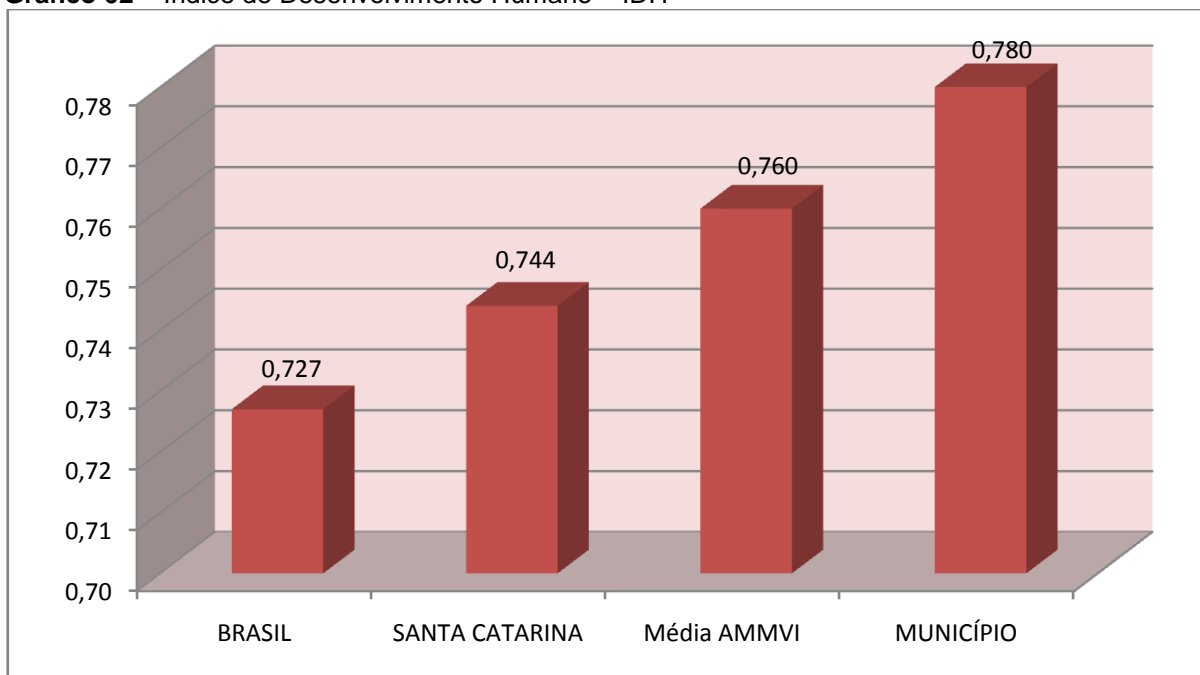
**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Indaial encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	171.632.000,00
PPA	3996/2009	07/08/2009		
LDO	4496/2011	10/08/2011	DESPESA FIXADA	171.632.000,00
LOA	4585/2011	28/10/2011		

#### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 4.336.679,55**, correspondendo a **3,30%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 4.336.679,55, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 3.048.358,80 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 7.385.038,35.

**Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor, o Município apresentou Déficit de R\$ 3.888.786,45.**

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 8.049.021,00)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02** – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2012

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	171.632.000,00	131.443.500,91	76,58
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	182.940.780,73	127.106.821,36	69,48
<b>Superávit de Execução Orçamentária</b>		<b>4.336.679,55</b>	
<b>Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>			
	<b>Superávit Consolidado Ajustado</b>	<b>Superávit do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>	<b>Déficit excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>
RECEITA	131.443.500,91	17.542.363,05	113.901.137,86
DESPESA	127.106.821,36	9.316.897,05	117.789.924,31
<b>Resultado de Execução Orçamentária</b>	<b>4.336.679,55</b>	<b>8.225.466,00</b>	<b>3.888.786,45</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado sem RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor e o resultado da execução orçamentária ajustada sem RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor no montante de R\$ 374.043,17, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar.

Obs.: Consideradas as Transferências Concedidas e Recebidas, no tocante à receita no montante de R\$ 17.542.363,05, o valor de R\$ 2.638.281,34 se refere à receita, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor. No que tange à despesa no montante de R\$ 9.316.897,05, o valor de R\$ 4.574.914,55 se refere a despesa, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor (consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas).

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Indaial nos últimos 5 anos:

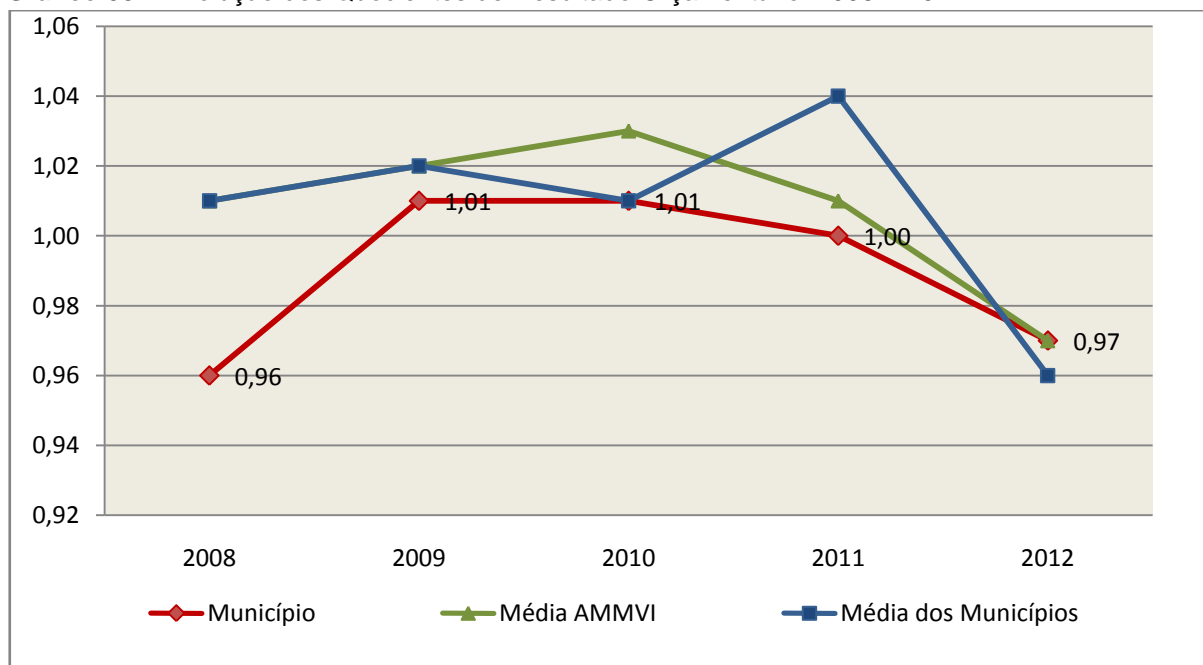
**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2008-2012

ITENS / ANO		2008	2009	2010	2011	2012
1	Receita realizada	59.948.192,47	67.623.354,48	81.230.448,40	91.870.089,78	113.901.137,86
2	Despesa executada	62.548.456,18	66.910.473,82	80.416.245,20	91.476.458,97	117.789.924,31
QUOCIENTE		2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Orçamentário (1÷2)		0,96	1,01	1,01	1,00	0,97

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.



### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 131.443.500,91**, equivalendo a **76,58%** da receita orçada.

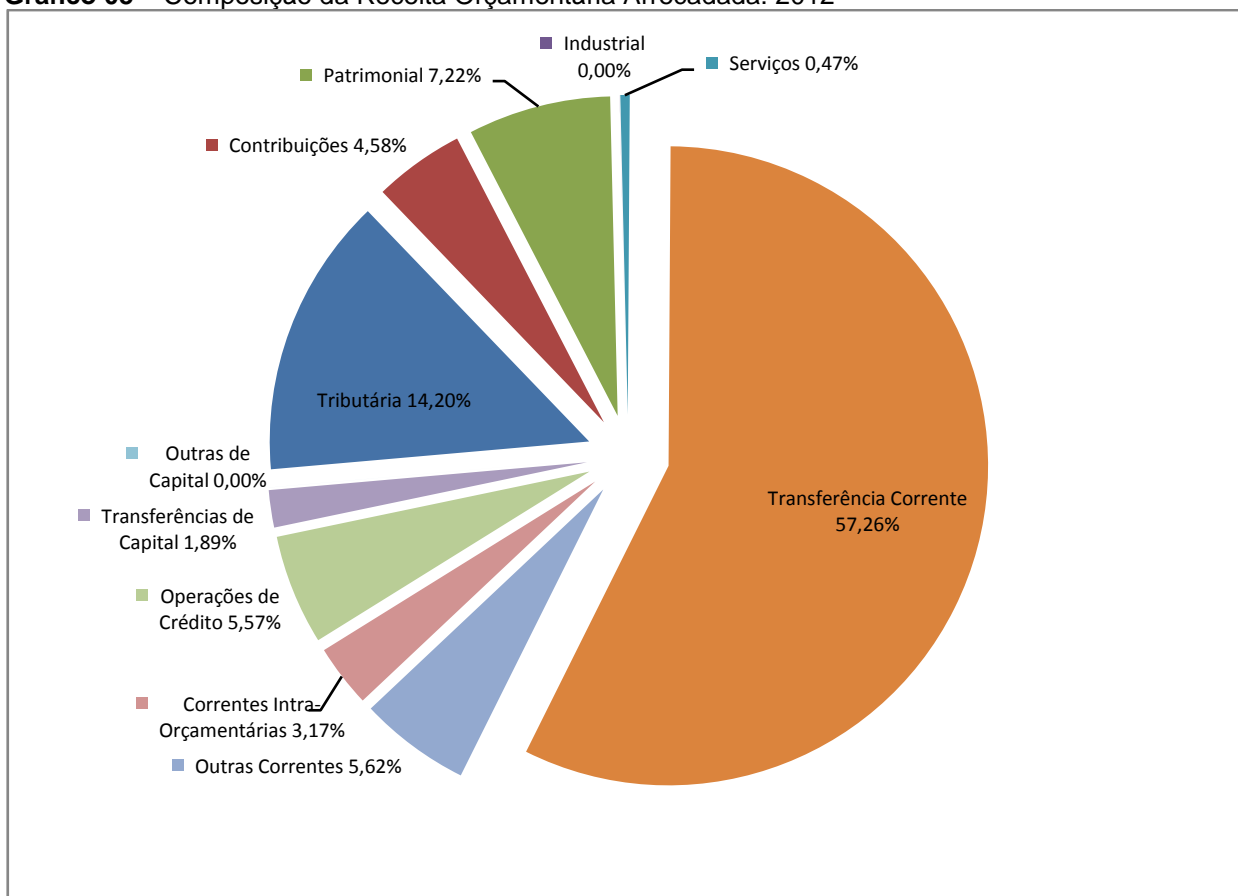
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2012

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	22.142.967,55	18.670.454,12	84,32
Receita de Contribuições	3.814.872,15	6.025.285,71	157,94
Receita Patrimonial	5.450.000,00	9.495.908,76	174,24
Receita Industrial	200.000,00	6.533,73	3,27
Receita de Serviços	975.287,50	620.765,62	63,65
Transferências Correntes	90.277.933,50	75.262.174,19	83,37
Outras Receitas Correntes	11.000.775,00	7.382.946,94	67,11
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	6.854.219,30	4.170.234,44	60,84
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>140.716.055,00</b>	<b>121.634.303,51</b>	<b>86,44</b>
Operações de Crédito	13.225.000,00	7.326.227,67	55,40
Alienação de Bens	50.000,00	-	-
Transferências de Capital	13.640.945,00	2.481.481,54	18,19
Outras Receitas de Capital	4.000.000,00	1.488,19	0,04
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>30.915.945,00</b>	<b>9.809.197,40</b>	<b>31,73</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>171.632.000,00</b>	<b>131.443.500,91</b>	<b>76,58</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2012**

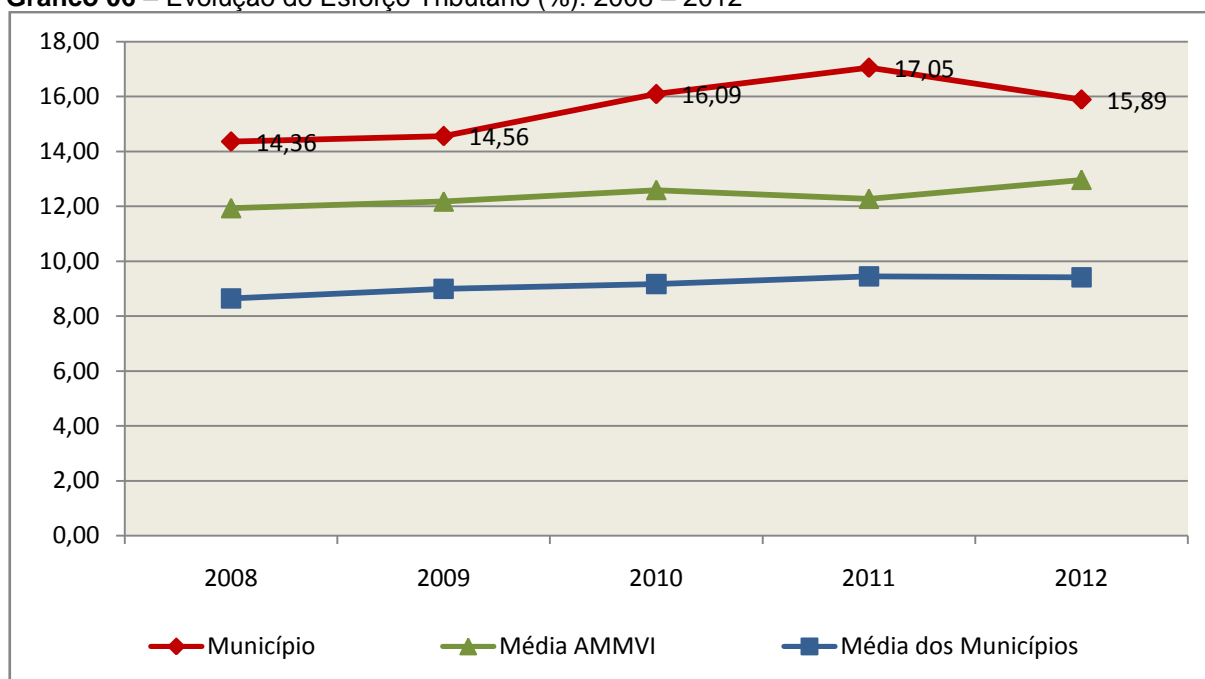


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **57,26%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 06** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2008 – 2012

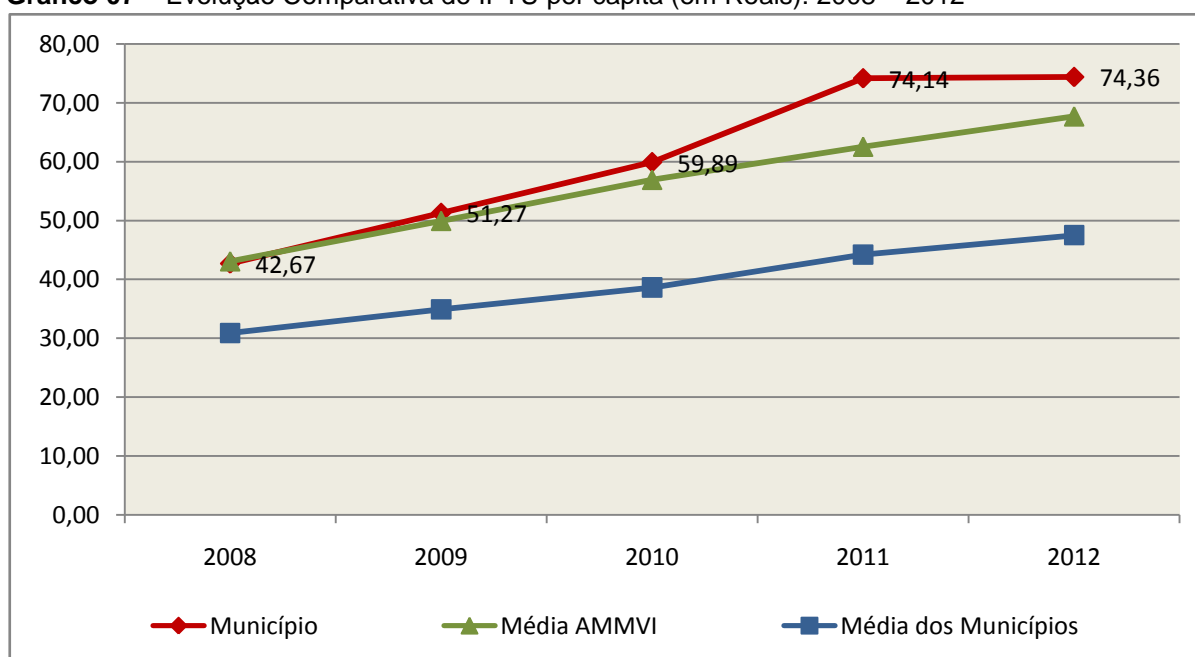


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 07** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

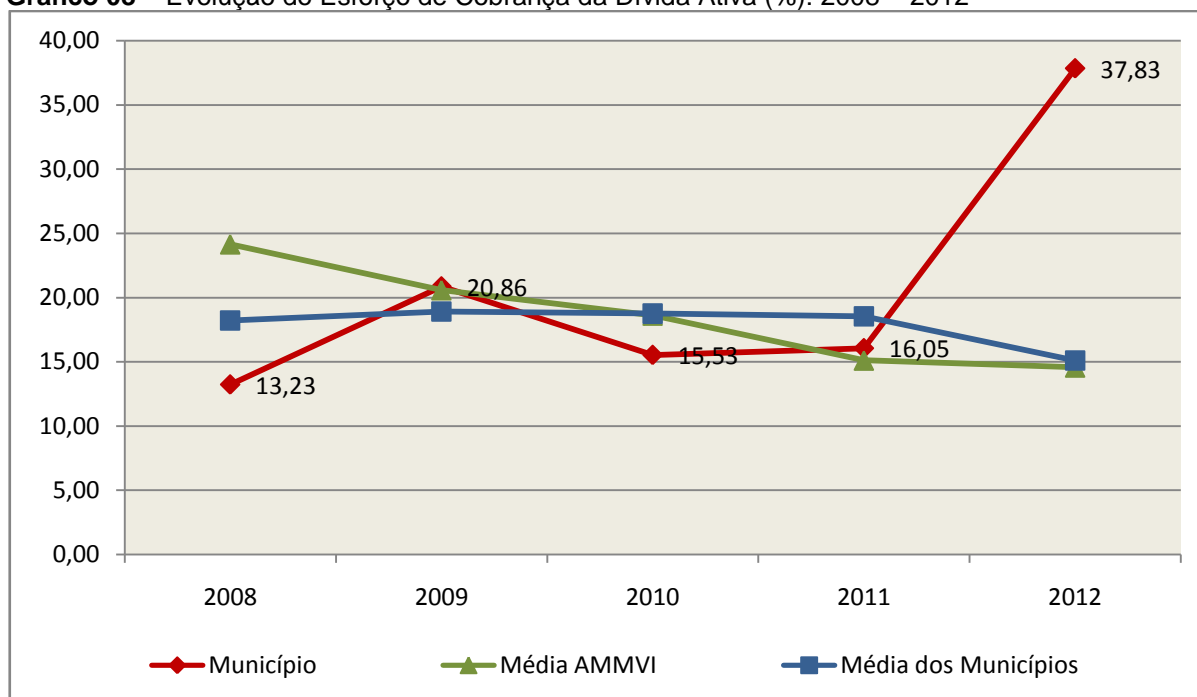
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2012

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
10.252.334,01	1.872.205,91	0,00	0,00	3.878.288,31	231.630,18	8.014.621,43

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 08** – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06** – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2012

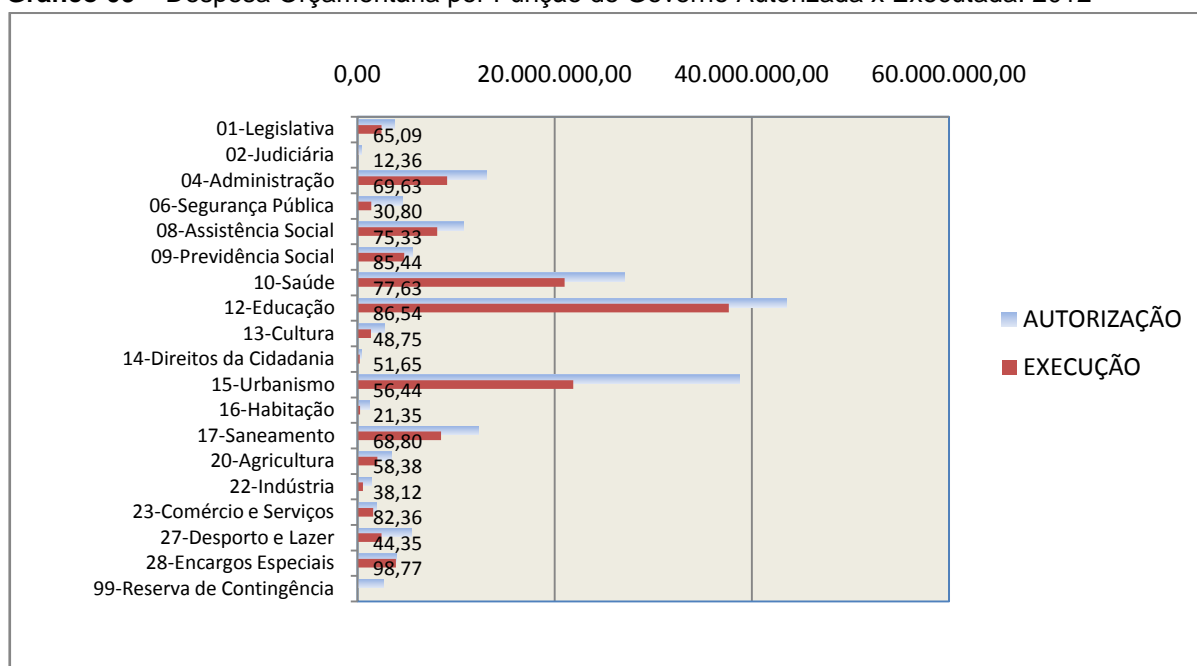
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	3.730.344,79	2.427.900,26	65,09
02-Judiciária	460.000,00	56.856,93	12,36
04-Administração	13.046.989,09	9.084.258,63	69,63
06-Segurança Pública	4.561.128,75	1.404.780,09	30,80
08-Assistência Social	10.734.788,46	8.086.627,04	75,33
09-Previdência Social	5.550.000,00	4.741.982,50	85,44
10-Saúde	27.056.750,86	21.004.936,61	77,63
12-Educação	43.532.087,49	37.673.365,29	86,54
13-Cultura	2.780.791,49	1.355.642,82	48,75
14-Direitos da Cidadania	415.454,70	214.572,46	51,65
15-Urbanismo	38.769.413,84	21.881.795,95	56,44
16-Habitação	1.174.077,43	250.623,67	21,35
17-Saneamento	12.305.321,53	8.465.466,56	68,80
20-Agricultura	3.433.026,57	2.004.102,97	58,38
22-Indústria	1.418.058,67	540.571,66	38,12
23-Comércio e Serviços	1.912.114,04	1.574.861,16	82,36
27-Desporto e Lazer	5.495.433,02	2.437.216,36	44,35
28-Encargos Especiais	3.950.000,00	3.901.260,40	98,77
99-Reserva de Contingência	2.615.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>182.940.780,73</b>	<b>127.106.821,36</b>	<b>69,48</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2012**



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2008 – 2012**

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
01-Legislativa	1.572.453,73	1.986.805,59	2.124.419,05	2.375.541,84	2.427.900,26
02-Judiciária	258.595,20	228.873,52	102.027,15	179.573,56	56.856,93
04-Administração	5.881.144,20	6.676.494,67	7.236.159,94	8.432.806,66	9.084.258,63
06-Segurança Pública	859.846,13	810.004,18	507.889,64	824.059,90	1.404.780,09
08-Assistência Social	4.219.718,66	4.998.750,43	5.301.542,61	5.574.465,60	8.086.627,04
09-Previdência Social	2.986.917,41	3.257.686,60	3.367.466,70	3.989.003,19	4.741.982,50
10-Saúde	11.674.390,83	12.461.302,68	14.321.767,28	15.583.437,46	21.004.936,61
12-Educação	18.612.943,67	21.520.921,21	25.934.820,43	30.166.633,65	37.673.365,29
13-Cultura	1.034.164,38	1.149.654,58	1.432.571,19	1.298.950,10	1.355.642,82
14-Direitos da Cidadania	60.230,45	73.197,08	169.620,31	126.550,46	214.572,46
15-Urbanismo	9.001.525,63	7.836.152,25	14.197.425,14	15.296.623,33	21.881.795,95
16-Habituação	469.246,35	211.184,12	707.044,03	63.500,05	250.623,67
17-Saneamento	3.083.527,18	4.154.708,31	4.384.050,52	6.225.121,02	8.465.466,56
18-Gestão Ambiental	883.935,84	984.184,14	-	-	-
20-Agricultura	1.091.648,67	1.176.227,65	1.243.600,69	1.483.584,72	2.004.102,97
22-Indústria	268.403,63	316.421,20	530.694,26	522.733,75	540.571,66
23-Comércio e Serviços	1.132.427,30	1.161.550,81	1.931.217,35	1.638.510,63	1.574.861,16

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
27-Desporto e Lazer	1.362.319,22	1.106.243,18	1.822.055,65	2.413.009,50	2.437.216,36
28-Encargos Especiais	1.680.129,51	2.045.450,42	740.307,65	1.424.881,91	3.901.260,40
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>66.133.567,99</b>	<b>72.155.812,62</b>	<b>86.054.679,59</b>	<b>97.618.987,33</b>	<b>127.106.821,36</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2012**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	4.243.382,83	5,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.993.172,41	7,01
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	2.211.934,53	3,11
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	2.754.737,20	3,87
Cota do ICMS	29.260.288,96	41,09
Cota-Parte do IPVA	4.662.023,52	6,55
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	469.541,20	0,66
Cota-Parte do FPM	18.852.156,29	26,47
Cota do ITR	11.259,83	0,02
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	150.001,48	0,21
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	3.217.412,21	4,52
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	392.476,11	0,55
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>71.218.386,57</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09** – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2012

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	127.981.636,02
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	10.517.566,95
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	153.940,04
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	4.820.514,30
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>112.489.614,73</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10** – Balanço Patrimonial do Município de Indaial (em Reais): 2011 – 2012

<b>ATIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Financeiro</b>	<b>48.465.259,73</b>	<b>55.417.241,38</b>	<b>Financeiro</b>	<b>5.560.605,37</b>	<b>7.801.864,80</b>
<b>Disponível</b>	<b>48.461.354,60</b>	<b>55.413.204,25</b>	<b>Depósitos</b>	<b>377.975,45</b>	<b>560.233,80</b>
Bancos Conta Movimento	22.377.159.500,00	3.772.080,99	Consignações	264.250,01	282.894,54
Bancos Conta Vinculada	10.938.705,87	7.069.540,61	Depósitos de Diversas Origens	113.725,44	277.338,76
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	3.090.260,27	1.202.596,72	<b>Restos a Pagar</b>	<b>5.182.629,92</b>	<b>7.241.631,00</b>
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	1.829.127,50	1.648.396,89	Obrigações a Pagar	5.182.629,92	7.241.631,00
Investimentos do RPPS	30.365.545,01	41.720.589,04			
<b>Realizável</b>	<b>3.905,13</b>	<b>4.037,13</b>	<b>Permanente</b>	<b>73.202.071,67</b>	<b>77.354.533,01</b>
Créditos a Receber	3.905,13	4.037,13	<b>Dívida Fundada</b>	<b>6.129.385,38</b>	<b>10.618.127,60</b>
<b>Permanente</b>	<b>49.526.654,73</b>	<b>56.681.636,09</b>	<b>Débitos Consolidados</b>	<b>1.413.596,71</b>	<b>1.041.880,63</b>
<b>Créditos</b>	<b>990.855,13</b>	<b>1.381.336,93</b>	Obrigações a Pagar	1.413.596,71	1.041.880,63
Créditos a Receber	244.082,41	244.082,41	<b>Diversos</b>	<b>65.659.089,58</b>	<b>65.694.524,78</b>
Devedores - Entidades e Agentes	737.596,20	1.128.078,00	Provisões Matemáticas	65.659.089,58	65.694.524,78
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	9.176,52	9.176,52			



ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
<b>Bens e Valores em Circulação</b>	<b>860,71</b>	<b>860,71</b>	Previdenciárias		
<b>Dívida Ativa</b>	<b>10.252.334,01</b>	<b>8.014.621,43</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	10.252.334,01	8.014.621,43	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>24.411,00</b>	<b>24.411,00</b>			
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	24.411,00	24.411,00			
<b>Imobilizado</b>	<b>38.258.193,88</b>	<b>47.260.406,02</b>			
Bens Móveis e Imóveis	38.258.193,88	47.260.406,02			
Bens Imóveis	19.815.733,56	25.234.876,16			
Bens Móveis	18.442.460,32	22.025.529,86			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>97.991.914,46</b>	<b>112.098.877,47</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>78.762.677,04</b>	<b>85.156.397,31</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>19.229.237,42</b>	<b>26.942.480,16</b>
			Ativo Real Líquido	19.229.237,42	26.942.480,16
<b>TOTAL</b>	<b>97.991.914,46</b>	<b>112.098.877,47</b>	<b>TOTAL</b>	<b>97.991.914,46</b>	<b>112.098.877,47</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 4.534.277,72** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,63** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 3.514.743,28** passando de um Superávit de **R\$ 8.049.021,00** para um Superávit de **R\$ 4.534.277,72**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 1.630.076,21**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2011 - 2012**

<b>Grupo Patrimonial</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Saldo final</b>	<b>Varição</b>
Ativo Financeiro	48.465.259,73	55.417.241,38	6.951.981,65
Passivo Financeiro	5.560.605,37	7.801.864,30	2.241.258,93
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>42.904.654,36</b>	<b>47.615.377,08</b>	<b>4.710.722,72</b>
Ativo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	34.987.789,97	43.184.920,98	8.197.131,01
Passivo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	132.156,61	103.821,62	-28.334,99
<b>Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor</b>	<b>8.049.021,00</b>	<b>4.534.277,72</b>	<b>-3.514.743,28</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: No tocante ao Ativo Financeiro no montante de R\$ 43.184.920,98, o valor de R\$ 1.434.434,55 se refere ao Ativo, sem ajuste, do Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor. Já o Passivo Financeiro no montante de R\$ 103.821,62, se refere exclusivamente ao Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2008 – 2012**

<b>ITENS / ANO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
1 Despesa Executada	66.133.567,99	72.155.812,62	86.054.679,59	97.618.987,33	127.106.821,36
2 Restos a Pagar	5.720.439,00	4.586.631,65	6.989.299,22	5.182.629,92	7.241.631,00
Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	9.713.810,65	10.927.249,09	13.824.202,04	13.477.469,76	12.232.320,40
Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	7.001.783,82	4.644.408,04	7.045.021,99	5.428.448,76	7.698.042,68
5 Ativo Real	57.689.501,35	68.418.218,63	85.010.431,82	97.991.914,46	112.098.877,47
6 Passivo Real	69.652.271,84	72.371.037,61	65.408.238,79	78.762.677,04	85.156.397,31
<b>QUOCIENTES</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>

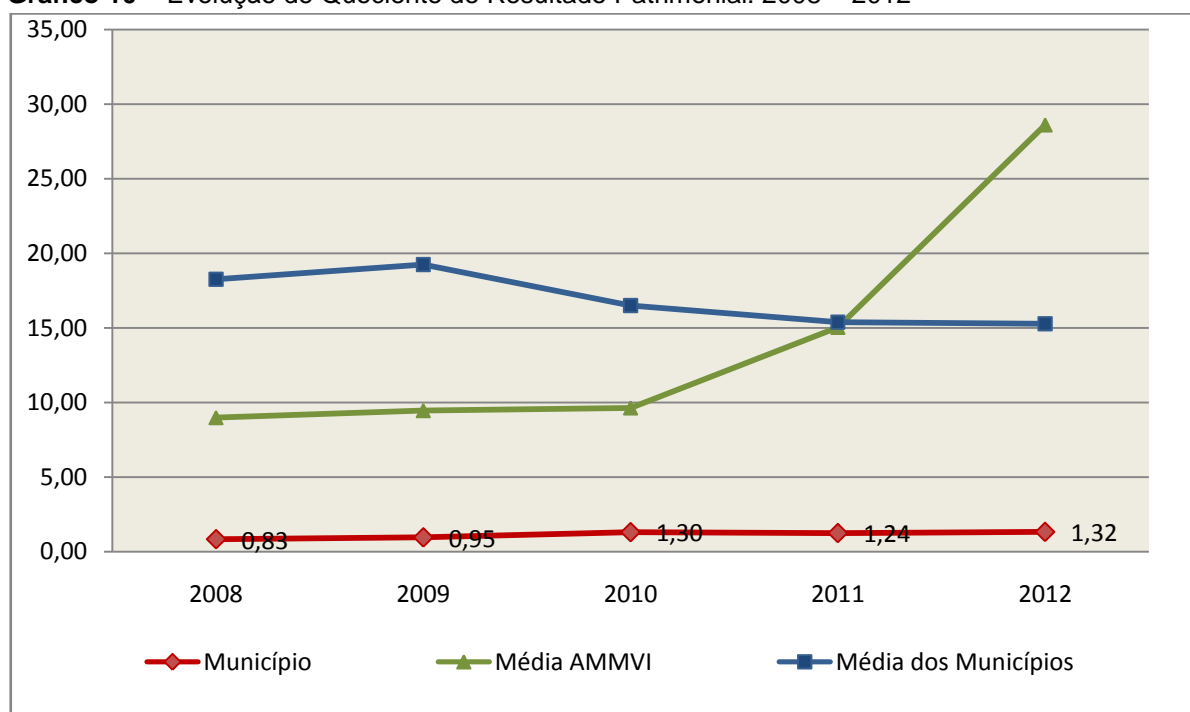
Resultado Patrimonial (5÷6)	0,83	0,95	1,30	1,24	1,32
Situação Financeira (3÷4)	1,39	2,35	1,96	2,48	1,59
Restos a Pagar (2÷1)*100	8,65	6,36	8,12	5,31	5,70

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2008 – 2012



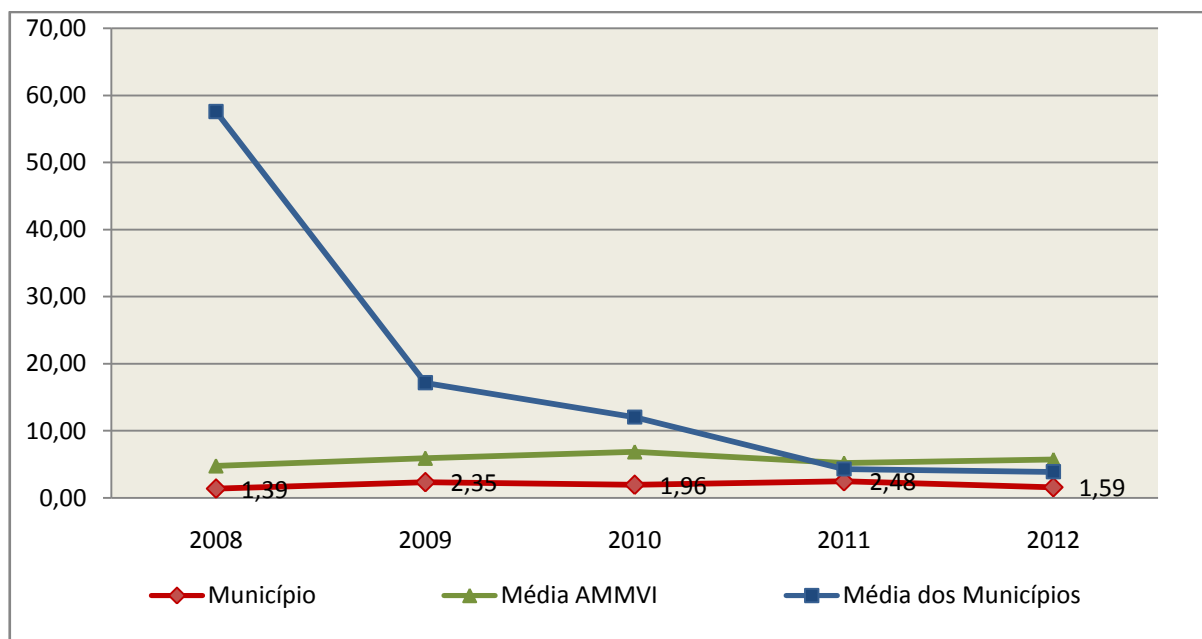
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2012 o Ativo Real apresenta-se **1,32** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 11** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

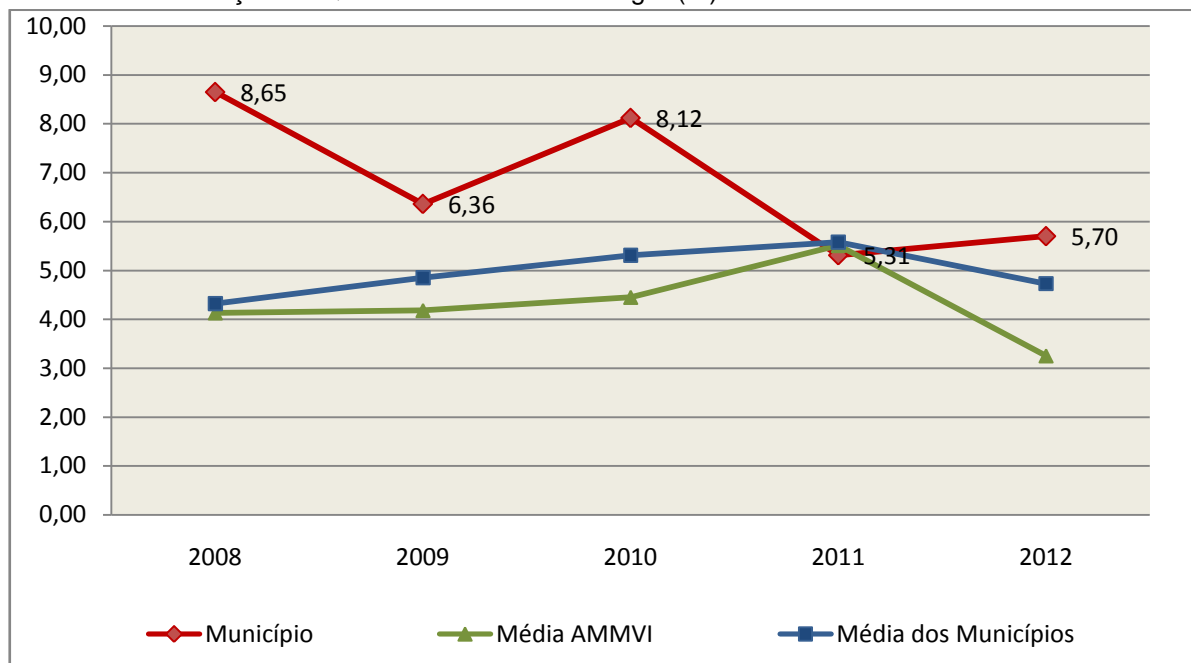
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2012 o Ativo Financeiro representa **1,59** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Indaial é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 12** – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **5,70%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2012 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 14.980.626,08** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **21,03%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 4.297.868,09**, representando **6,03%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2012

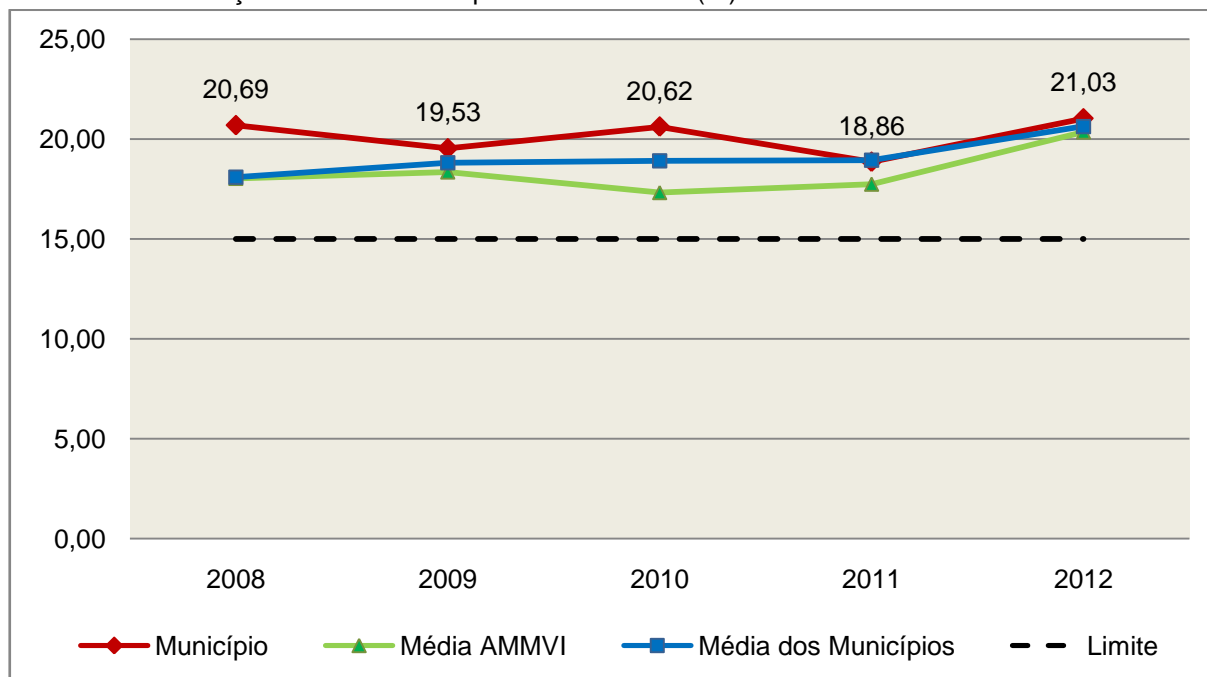
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>71.218.386,57</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	21.004.936,61	29,49
Atenção Básica	17.657.185,70	24,79
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.874.806,46	4,04
Suporte Profilático e Terapêutico	128.820,19	0,18
Vigilância Sanitária	179.958,25	0,25
Vigilância Epidemiológica	50.515,26	0,07
Alimentação e Nutrição, art. 6º, IV, da Lei nº 8.080/90	82.966,75	0,12
Administração Geral	30.684,00	0,04
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	6.024.310,53	8,46
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>14.980.626,08</b>	<b>21,03</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	10.682.757,99	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>4.297.868,09</b>	<b>6,03</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 13** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Indaial em 2012 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2012) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 22.615.480,91** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,76%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 4.810.884,27**, representando **6,76%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2012

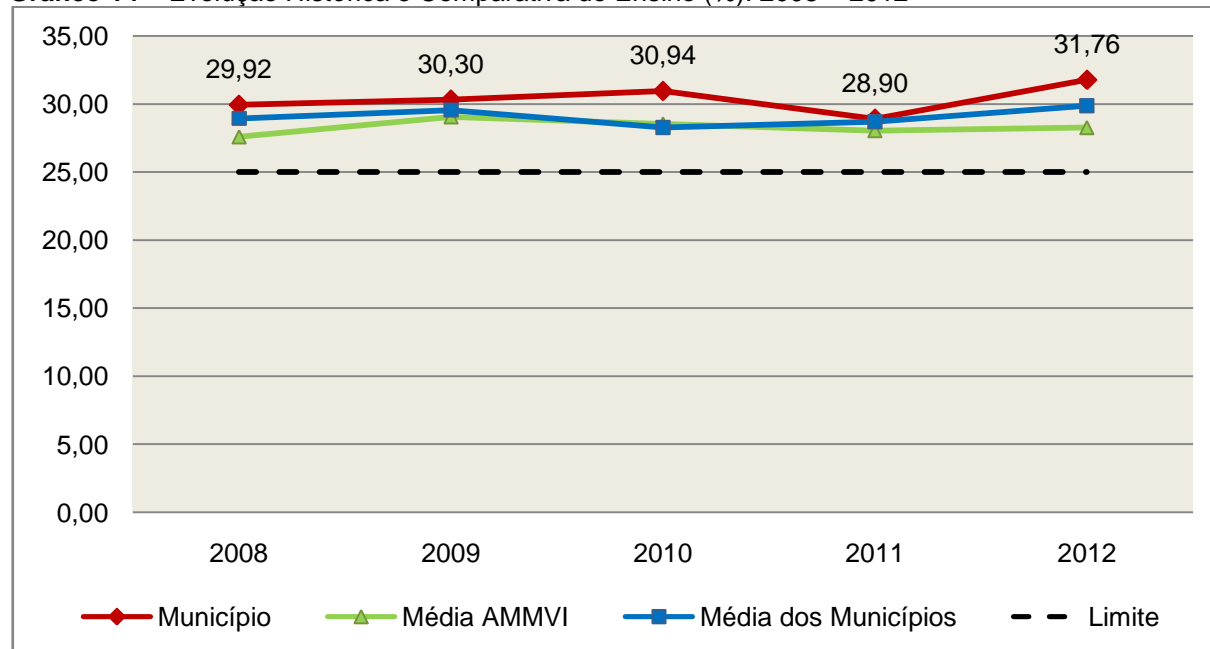
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>71.218.386,57</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>13.505.260,26</b>	<b>18,96</b>
Educação Infantil	13.505.260,26	18,96
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>24.120.253,53</b>	<b>33,87</b>
Ensino Fundamental	24.120.253,53	33,87
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	5.325.310,16	7,48
(-) Ganho com FUNDEB	9.637.774,11	13,53
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	46.948,61	0,07
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>22.615.480,91</b>	<b>31,76</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	17.804.596,64	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>4.810.884,27</b>	<b>6,76</b>

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Indaial em 2012 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.



## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 19.195.299,37**, equivalendo a **95,02%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

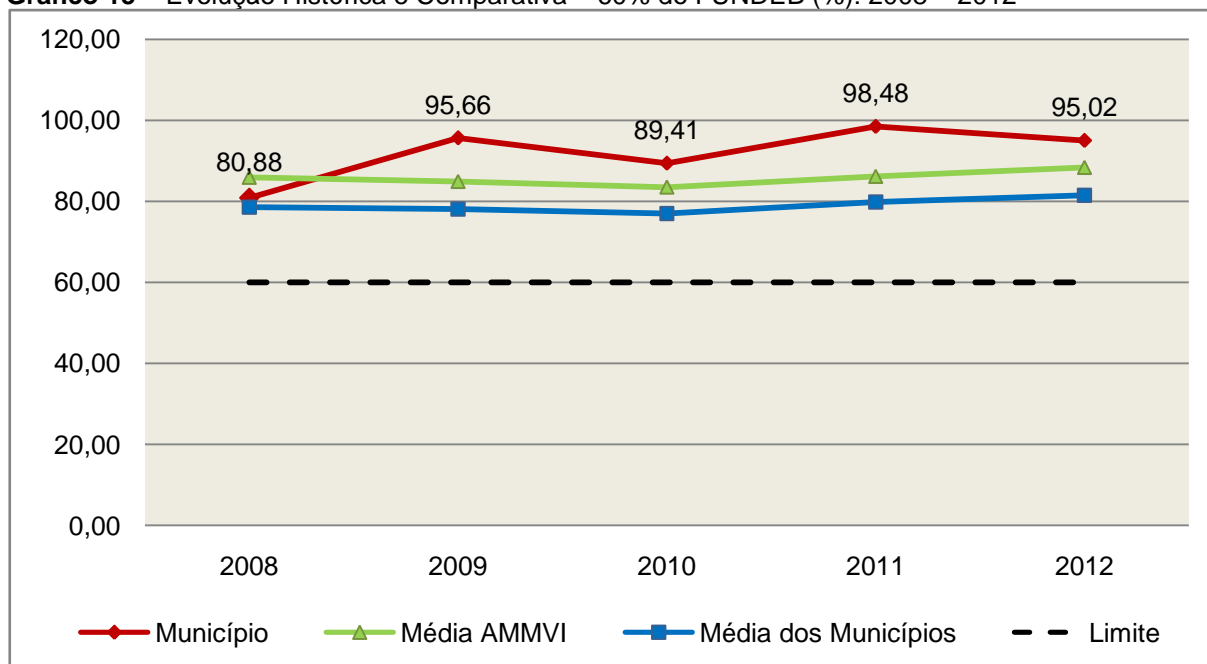
**Quadro 15** – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	20.155.341,06
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	46.948,61
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>20.202.289,67</b>
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	12.121.373,80
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	19.195.299,37
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>7.073.925,57</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2008 – 2012**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 20.044.699,42**, equivalendo a **99,22%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2012**

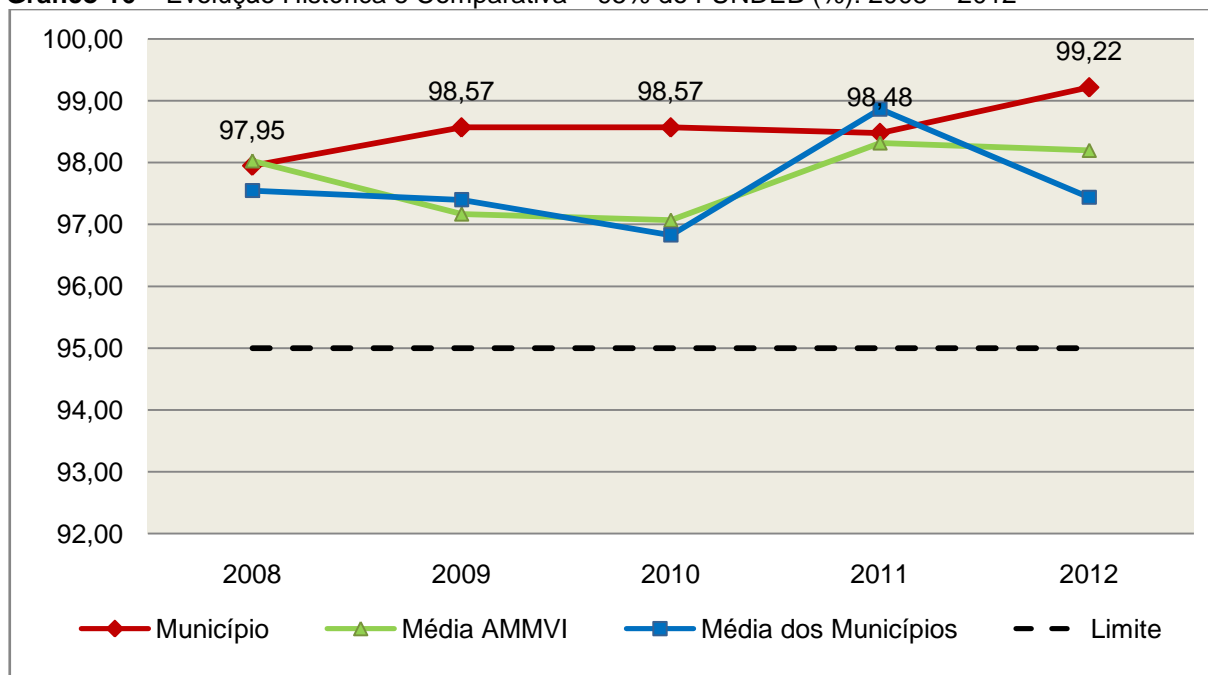
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>20.202.289,67</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	19.192.175,19
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	20.044.699,42
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>852.524,23</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Indaial ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, parcialmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB no valor de **R\$ 203.682,60**, quando o saldo total era de **R\$ 274.850,68**, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2012:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012	652.082,51
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	494.492,26
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>157.590,25</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2012

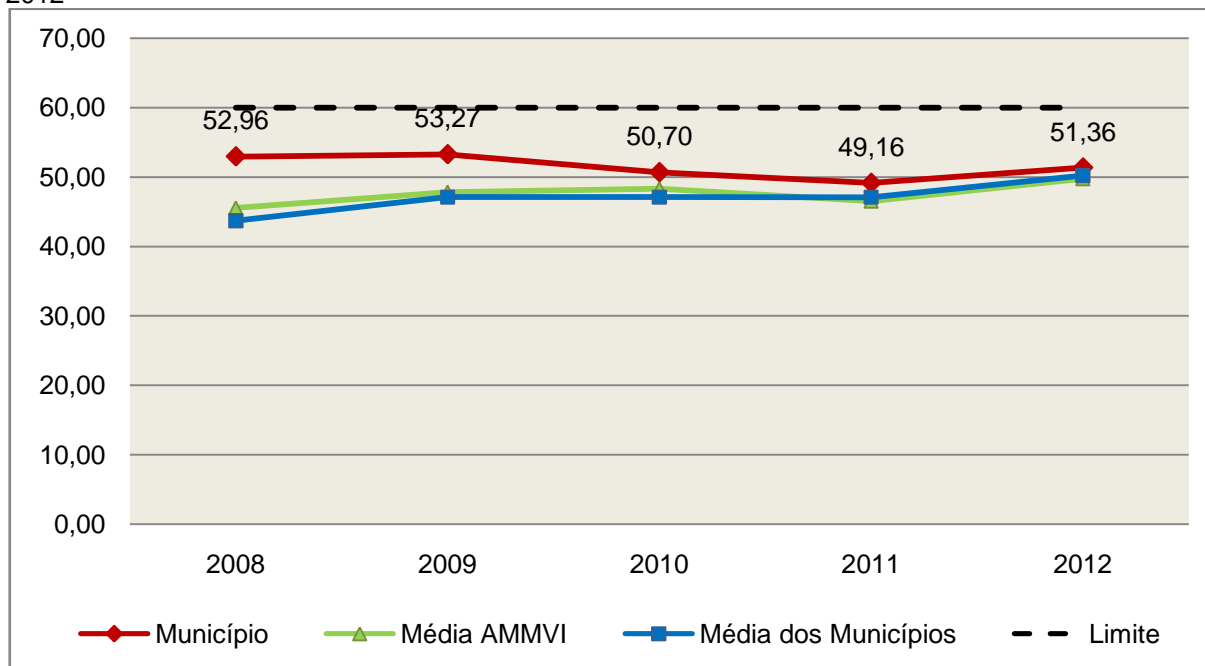
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>112.489.614,73</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	67.493.768,84	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>55.816.262,10</b>	<b>49,62</b>
Pessoal e Encargos	55.816.262,10	49,62
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>1.956.820,48</b>	<b>1,74</b>
Pessoal e Encargos	1.956.820,48	1,74
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>57.773.082,58</b>	<b>51,36</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	9.720.686,26	8,64

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **51,36%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Indaial, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2012

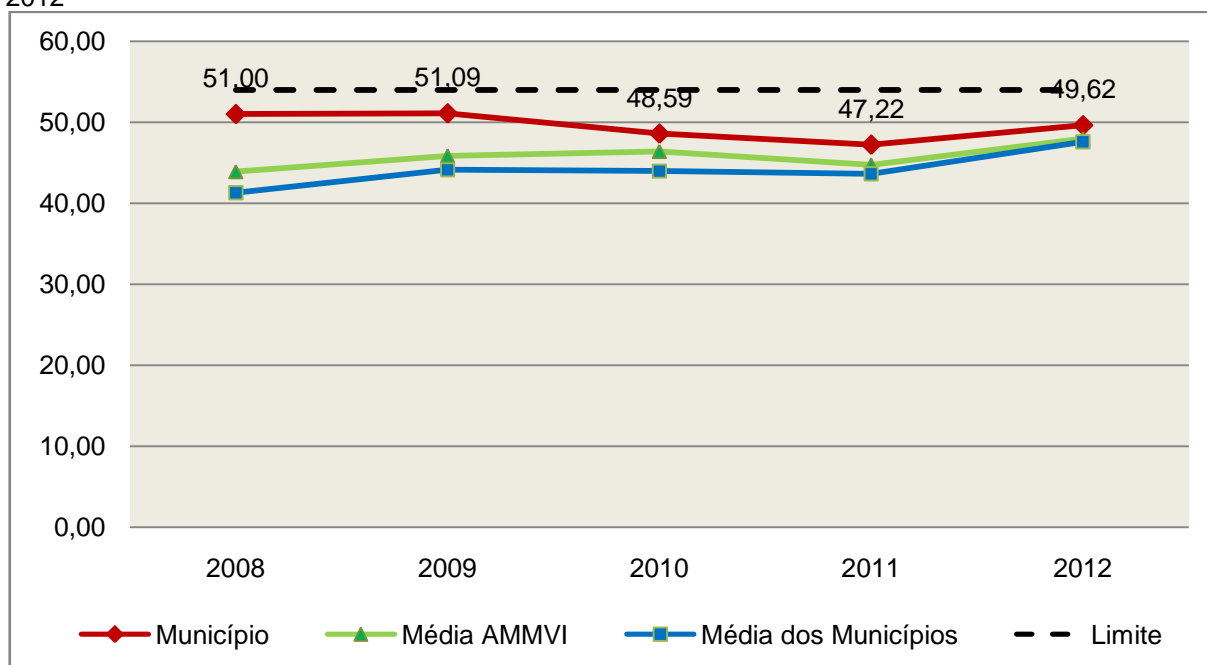
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>112.489.614,73</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	60.744.391,95	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	55.816.262,10	49,62
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>55.816.262,10</b>	<b>49,62</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	4.928.129,85	4,38

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **49,62%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2012

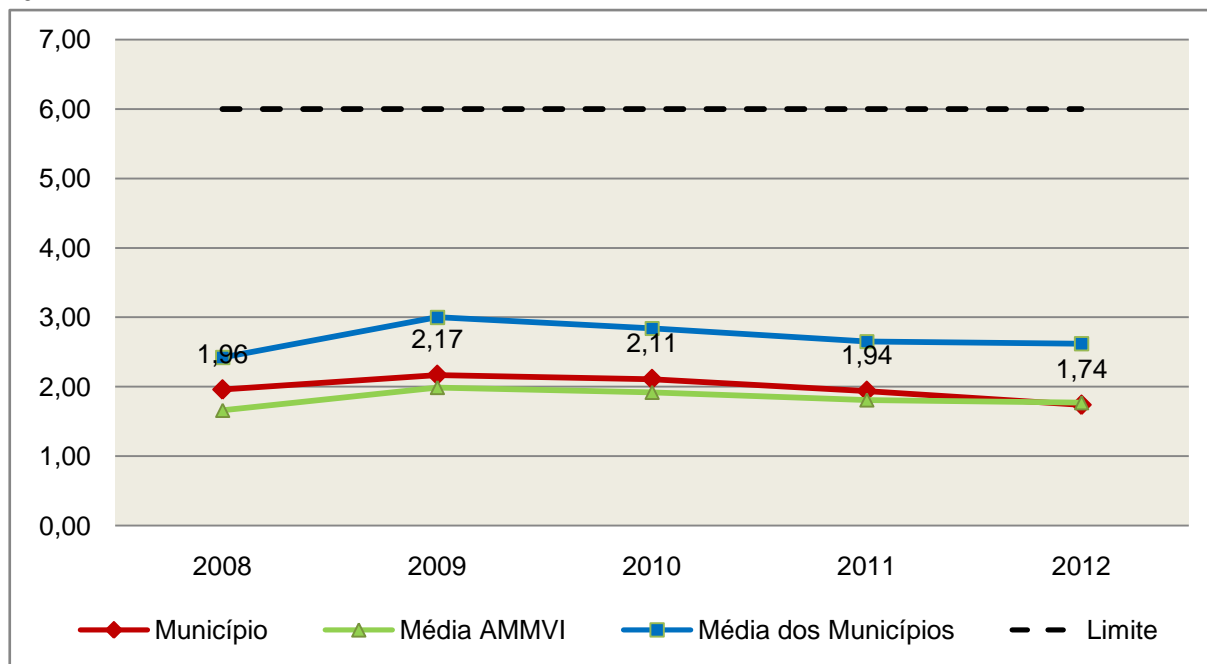
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>112.489.614,73</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.749.376,88	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	1.956.820,48	1,74
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>1.956.820,48</b>	<b>1,74</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	4.792.556,40	4,26

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,74%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 19** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2008 – 2012



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da



Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Indaial, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 157.884,06) representa 0,18% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 87.324.950,60).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 257/262, verifica-se que:

1) Não foram encaminhados os atos de posse e a nominata dos Conselheiros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, caracterizando ausência de criação do referido Conselho, em desacordo ao art. 88, inciso II da Lei nº 8.069/90 c/c o disposto no artigo 2º da Resolução CONANDA nº 105/2005:

Lei Federal nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

[...]

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

Resolução CONANDA nº 105/2005:

Art. 2º. Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios haverá um único Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada, garantindo a participação popular no processo de discussão, deliberação e controle da política de atendimento integral aos direitos da criança e ao adolescente, que compreende as políticas sociais básicas e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e socioeducativas dispostas nos artigos 87, 101 e 112 da Lei nº 8.069/90.

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º

da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Municipal de Assistência Social, conforme análise do Sistema e-Sfinge.

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais

dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Indaial**, com base na população estimada quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor (População de 49.959 habitantes, IBGE – 2008), acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei inicia-se no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Indaial** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira, salientado-se que a divulgação desses dados, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010, passou a ser obrigatória a partir de maio de 2013.

## **8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF**

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, que "aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo

orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;

b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

c) destinação vinculada: são códigos que especificam a vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, de acordo com suas finalidades. Ex.: convênios e operações de crédito;

d) destinação ordinária: são códigos em que a alocação entre a origem e aplicação de recursos é livre. Ex.: receita de taxas e impostos.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

e) Para a disponibilidade de caixa: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas Financeiras do Ativo Financeiro (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2012, os quais necessariamente devem ser aqueles utilizados para abertura do exercício seguinte.

No caso específico das contas do exercício de 2012, considerando a implementação de "conta corrente específica" no sistema e\_sfinge para discriminação das fontes a partir de 2013, foi efetuada conferência entre os dados de encerramento do exercício de 2012 e de abertura do exercício de 2013, utilizando-se sempre os valores de coincidiam com o Ativo Financeiro.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto no Sistema Financeiro como no Sistema Compensado, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

f) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2012 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2012) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2012.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2012 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo Financeiro), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo Financeiro, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

1) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2012, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

2) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2012, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a dada da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

3) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2012 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

4) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2012, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: auditorias; respostas dos ofícios circulares n.º 7.020/2013, 7.021/2013 e



7.022/2013; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de **Indaial**, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 20 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)**

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	2.492,96	Cumpriu
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	6.692,73	Cumpriu
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 157.590,25	168.611,39	Cumpriu
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 11.021,14 (valor disponível para cobertura dos Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício nºs 9406, de 04/12/2012 [R\$ 396,28] e 9927, de 28/12/2012 [R\$ 10.624,86])		
22 - Transferências de Convênios - Educação	104.717,79	Cumpriu
23 - Transferências de Convênios - Saúde	223.953,78	Cumpriu
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.315.893,22	Cumpriu
47 - Apoio a Pessoa Idosa - API	1.587,05	Cumpriu
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	77,40	Cumpriu
49 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	3.370,07	Cumpriu
51 - Programa Sentinela	27.855,36	Cumpriu
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	286.997,78	Cumpriu
53 - Transferências de Convênios – Assistência Social	1.841,52	Cumpriu
54 - Convênio Trânsito - Militar	107.992,44	Cumpriu
55 - Convênio Trânsito - Civil	10.842,93	Cumpriu
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	39.881,84	Cumpriu
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	21.449,57	Cumpriu
58 - Salário Educação	154.036,61	Cumpriu
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	206.993,93	Cumpriu



<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Cumriu / Não Cumriu</b>
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2.973,13	Cumriu
63 - Bolsa Família	4.344,39	Cumriu
70 - Gestão SUS	22.712,43	Cumriu
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2.285.428,96	Cumriu
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	181.778,63	Cumriu
89 - Aliações de Bens destinados a Outros Programas	13.198,48	Cumriu
90 - Operações de Crédito Interna	-61.205,27	Não Cumriu
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-61.205,27</b>	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	565.451,00	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	12.921,44	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	71.345,11	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>649.717,55</b>	<b>Cumriu</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias e resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior (Quadro 20), verificou-se que o Poder Executivo do Município de INDAIAL contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 90, no montante de R\$ 61.205,27, ressaltando que a referida insuficiência foi totalmente absorvida pela disponibilidade líquida de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS, no valor de R\$ 649.717,55, desta forma, conclui-se pelo cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

## 9. RESTRIÇÃO APURADA

### 9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM LEGAL

- 9.1.1 Aplicação parcial no valor de **R\$ 203.682,60**, no primeiro trimestre de 2012, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 274.850,68**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

## 10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 3.888.786,45
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 4.534.277,72
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	21,03%
4.2) Ensino	25,00%	31,76%
4.3) FUNDEB	60,00%	95,02%
	95,00%	99,22%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	51,36%
b) Poder Executivo	54,00%	49,62%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,74%
4.6) Art. 42 da L.C. 101/00	<b>CUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2012 do Município de Indaial**.

Diante da **Restrição de Ordem Legal** apurada no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 16/09/2013.

ANDREA YUMI IÇO  
**Auditora Fiscal de Controle Externo**

LÚCIA HELENA GARCIA  
**Auditora Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 16/09/2013.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Inspetoria 3**

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.013.266,30
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.199,21
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	2.845,02
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>6.024.310,53</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	1.323.268,07
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	739.579,68
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.468,12
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	2.883.034,91
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	371.522,25
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	6.437,13
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>5.325.310,16</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	20.155.341,06
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	46.948,61
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012 Ajustado	621.960,25
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	464.370,00
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2012</b>	<b>20.044.699,42</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O saldo financeiro do FUNDEB em 31/12/2012 foi ajustado (R\$ 652.082,51 (-) R\$ 30.122,26), em razão da existência de restos a pagar inscritos nos 2 (dois) últimos exercícios anteriores ao analisado, pendentes de pagamento e com cobertura financeira no exercício em que foram inscritos no valor de R\$ 30.122,26.



## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2012	301	429.585,54	429.585,54	411.029,63
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	2012	301	162.257,71	162.257,71	148.267,51
57 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	2012	302	21.138,65	19.886,75	19.886,75
70 - Gestão SUS	2012	301	300,00	300,00	300,00
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2012	301	4.995.806,73	4.950.033,06	4.676.527,54
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2012	302	225.490,98	220.501,13	220.501,13
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2012	303	127.867,43	123.145,34	122.898,90
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2012	304	304,00	304,00	304,00
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2012	305	50.515,26	48.446,83	48.446,83
<b>TOTAL</b>			<b>6.013.266,30</b>	<b>5.954.460,36</b>	<b>5.648.162,29</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	00 - Recursos Ordinários	304	1037	07/05/2012	EDITORA JORNAL DO MEDIO VALE LTDA	44,00	44,00	44,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PENALIDADE, CONFORME OS ARTIGOS 64 E 69 DA LEI ESTADUAL 6320/83, TORNAMOS PÚBLICO QUE O SR JEAN CARLO SEI DE, CPF: 043.834.719-60. ENDEREÇO: RUA MAL. DEODOR O DA FONSECA, 84 – BAIRRO TAPAJÓS – INDAIAL – SC. FOI MULTADO POR DESCUMPRIMENTO DE AUTO DE INTIMAÇÃO Nº 3462. TENDO PRAZO DE 30 DIAS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO PARA RECORRER DA DECISÃO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	226	02/02/2012	ALESSANDRA DALFOVO	321,66	321,66	321,66	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IARIO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	227	02/02/2012	ANA PAULA DOS SANTOS	50,70	50,70	50,70	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IARIO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	628	15/03/2012	PAMELA WAGNER LEZAN	139,17	139,17	139,17	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IÁRIO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	1025	07/05/2012	PAMELA CAROLINE ZILS	441,80	441,80	441,80	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IÁRIO
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	2453	23/10/2012	ANA PAULA DA SILVA FAGGIANI	342,82	342,82	342,82	PAGAMENTO DA FOLHA RESCISORIA A QUE TEM DE DIREITO COMO ESTAGIARIA.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	2924	17/12/2012	FOLHA DE PAGAMENTO	955,78	955,78	955,78	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IARIOS NO MÊS DE DEZEMBRO/2012.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	28	09/01/2012	ALCEU LUIS MONTAGNA JUNIOR	213,90	213,90	213,90	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IÁRIO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	46	12/01/2012	BRUNA GABRIELA LINDNER	369,99	369,99	369,99	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IÁRIO
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	361	15/02/2012	ASSOC DE MICRO E PEQ EMP DE INDAIAL	300,00	300,00	300,00	PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CURSO DE ATENDIMENTO AO PUBLICO PARA AS FUNCIONARIAS TANNIA MARIA PADUIN D E AMORIN E ELFI MARY DIGNART, REALIZADO PELA AMPE NA CIDADE DE INDAIAL, NOS DIAS 15 E 16 DE FEVEREIR O DE 2012.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de Saúde	301	467	01/03/2012	FERNANDA ISABEL DA SILVA	179,44	179,44	179,44	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IARIO.
Fundo	02 - Receitas de	301	1450	02/07/2012	EDENILSON	121,89	121,89	121,89	PAGAMENTO DE RESCISÃO DE ESTAGIARIO A QUE TEM DE D IREITO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Saúde de Indaial	Impostos e Transf de impostos: Saúde				TRAPASOLLI				
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1669	27/07/2012	MARILENE ROEDEL ME	1.320,00	1.320,00	1.320,00	SERVIÇO PRESTADO COM MÃO DE OBRA DE CHAPEAÇÃO E PI NTURA DEVIDO AO ACIDENTE DE TRANSITO OCORRIDO NA B R 470, BOLETIM DE OCORRENCIA EM ANEXO, PARA A MANU TENÇÃO DO VEICULO PLACA MEC-1265 UTILIZADA NO TRAN SPORTE DOS PACIENTES DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1763	07/08/2012	ILDEFONSO PEDROSO DE MELLO	98,63	98,63	98,63	PAGAMENTO DA FOLHA RESCISORIA A QUE TEM DE DIREITO COMO ESTAGIARIO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1764	07/08/2012	ANDRIELLI ABREU ALBINO	316,21	316,21	316,21	PAGAMENTO DA FOLHA RESCISORIA A QUE TEM DE DIREITO COMO ESTAGIARIO.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2839	06/12/2012	FOLHA DE PAGAMENTO	2.796,58	2.796,58	2.796,58	PAGAMENTO DA RESCISAO A QUE TEM DIREITO COMO ESTAG IARIOS NO MÊS DE DEZEMBRO/2012.
Fundo Municipal de Saúde de Indaial	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2840	06/12/2012	FOLHA DE PAGAMENTO	186,64	186,64	186,64	PAGAMENTO DO AUXILIO TRANSPORTE A QUE TEM DIREITO COMO ESTAGIARIOS REFERENTE A FOLHA RESCISORIA.
<b>TOTAL</b>						<b>8.199,21</b>	<b>8.199,21</b>	<b>8.199,21</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
58 - Salário Educação	2012	365	911.288,58	885.175,49	864.184,73
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2012	365	411.979,49	317.295,19	291.493,16
<b>TOTAIS</b>			<b>1.323.268,07</b>	<b>1.202.470,68</b>	<b>1.155.677,89</b>



### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	960	01/02/2012	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	171.652,72	171.652,72	171.652,72	VALOR GLOBAL REF.FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	2456	20/03/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.868,03	1.868,03	1.868,03	FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS (520 KG COXA E SOBRECOXA, 80 KG QUEIJO PRATO FATIADO, 47 KG CREME VEGETAL, 63 KG SALSICHA) PARA MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EXERCICIO ANTERIOR DECRETO 2461/2012 DE 16/03/2012.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	4248	14/05/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.851,90	1.851,90	1.851,90	FORNECIMENTO DE (265KG COXA E SOBRECOXA DE FRANGO COM OSSO,36KG SALSICHA DE FRANGO CONGELADA)GENEROS ALIMENTICIOS PARA DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR - SECRETARIA DE EDUCACAO
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	958	01/02/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	559.616,85	559.616,85	559.616,85	VALOR GLOBAL REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	3922	30/04/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.273,59	1.273,59	1.273,59	AQUISICAO DE (600 LITROS DE LEITE DE SOJA) MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	9554	14/12/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	842,90	842,90	0,00	FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS (6 KG ABOBORA PAULISTA, 0,9 KG ALHO, 12 KG BATATA INGLESA, 9 KG CEBOLA, 12 KG TOMATE, 12 KG BANANA CATURRA, 60 KG MELANCIA, 15 DUZIA DE OVOS, 6 KG CARNE BOVINA PATINHA CUBOS, 6 KG CARNE BOVINA PATINHO ISCAS, 12 KG CARNE BOVINA PATINHO MOIDA, 27 KG COXA E SOBRECOXA, 8,1 KG PAO DE CACHORRO QUENTE) PARA A MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	365	9556	14/12/2012	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	394,81	394,81	0,00	FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS (6 KG CREME VEGETAL, 6,3 KG QUEIJO PRATO FATIADO, 144 LITROS DE LEITE INTEGRAL) PARA A MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3139	09/04/2012	PANIFICADORA MARYMARIA LTDA - FIL.	2.078,88	2.078,88	2.078,88	FORNECIMENTO DE (828 SANDUICHE COM PAO FRANCES,55 PEDACOS DE CUCA,16LITROS LEITE UHT,8PACOTE CAFE TORRADO)PARA MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
<b>TOTAL</b>						<b>739.579,68</b>	<b>739.579,68</b>	<b>738.341,97</b>	

**Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:**

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2012	361	1.029.737,08	927.749,01	927.749,01
58 - Salário Educação	2012	361	1.527.781,02	1.492.436,15	1.488.569,25
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2012	361	305.497,11	257.444,80	253.166,98
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	361	20.019,70	17.637,50	17.637,50
<b>TOTAL</b>			<b>2.883.034,91</b>	<b>2.695.267,46</b>	<b>2.687.122,74</b>

**Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:**

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	361	969	01/02/2012	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	334.900,80	334.900,80	334.900,80	VALOR GLOBAL REF. FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	361	970	01/02/2012	TAF DISTRIBUIDORA LTDA	9.546,51	9.546,51	9.546,51	VALOR GLOBAL REF.FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	00 - Recursos Ordinários	361	6722	01/08/2012	PANIFICADORA MARYMARIA LTDA - FIL.	1.309,57	1.309,57	1.309,57	AQUISICAO DE (556 SANDUICHE,21 PEDACOS DE CUCA,19 LITRO LEITE UHT,8.5 PACOTE DE CAFE TORRADO E MOIDO JMERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCACAO
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	150	02/01/2012	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU	200,00	200,00	200,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/20 12, NA MODALIDADE DE PREGÃO REF. AQUISIÇÃO DE LEIT E DE SOJA PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	203	10/01/2012	FUNDO MATERIAIS PUBLIC E IMPRES OFICIAIS	179,10	179,10	179,10	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/20 12, NA MODALIDADE DE PREGÃO REF. AQUISIÇÃO DE LEIT E DE SOJA PARA AS ESCOLAS E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E EDITAL 03/20 12, NA MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE REF. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR CURSO SOBRE A MATEMATICA NOS ANOS INICIAIS.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2643	23/03/2012	CONEXAO COMERCIO E SERVICOS LTDA.	520,00	520,00	520,00	PAGAMENTO DE INSCRICAO EM CURSO PARA O FUNCIONARIO HAMILTON DE ANDRADE A PARTICIPAR 8ª FORUM NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR QUE SE REALIZARA EM SAO PAULO

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
					EPP				NOS DIAS 24 A 25/05/2012.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2829	23/03/2012	FUNDO MATERIAIS PUBLIC E IMPRES OFICIAIS	101,93	101,93	101,93	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 091/2 012, NA MODALIDADE DE DISPENSA Nº 011/2011-10430. CHAMAMENTO PUBLICO, REF.AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIM NTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2836	23/03/2012	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU	200,00	200,00	200,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 091/2 012, NA MODALIDADE DE DISPENSA N] 011/2012-10430, REF. CHAMAMENTO PUBLICO PARA AAQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3071	04/04/2012	VIA TOUR TURISMO E VIAGENS LTDA ME	685,82	685,82	685,82	FORNECIMENTO DE PASSAGEM AERA IDA E VOLTA A SAO PAULO (IDA DIA 23/05 E VOLTA 25/05) PARA O FUNCIONAR IO HAMILTON DE ANDRADE MR TEIXEIRA A PARTICIPAR DO 8 FORUM NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4120	08/05/2012	HAMILTON DE ANDRADE TEIXEIRA	875,00	875,00	875,00	PAGAMENTO DE DIÁRIA A QUE TEM DIREITO QUANDO A VIA GEM A TRABALHO PARA SÃO PAULO/SP PARA PARTICIPAÇÃO DO 8º FORUM NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4224	11/05/2012	HB COML. IMP. SERV. E CONF. LTDA. ME	7.530,00	7.530,00	7.530,00	FORNECIMENTO DE 600 CAMISAS PARA III FESTIVAL LITE RARIO DE INDAIAL PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A PROF ESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E FUNCIONARIOS DA SE CRETARIA DE EDUCACAO - SINGULAR COMUNICACAO P.L. 2 22/2010, TEMRMO ADITIVO 003 - CONTRATO 140/2011 DE 01/05/2012 A 01/05/2013.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	6980	13/08/2012	DOKARA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME	667,05	667,05	0,00	FORNECIMENTO DE MATERIAIS (40 TIRAS COPOS PLSTICOS 300ML, 20 PACOTES GUARDANAPOS 30X32 C/50, 17 PACO TES FACA C/50, 17 PACOTES GARFO C/50, 125 TIRAS CO POS PLASTICOS 180ML C/100, 100 PACOTES PRATO PLAST ICO 21CM C/10) PARA COMEMORACAO DO DIA DO PROFESSOR.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7044	15/08/2012	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU	200,00	200,00	200,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 203/2 012, NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 078/2012-10430. RE F. AQUISIÇÃO DE ACHOCOLATADO E CUCA PARA DESFILE C ÍVICO E ENCONTRO DE BANDAS E FANAFARRAS.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7049	15/08/2012	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU	108,13	0,00	0,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 203/2 012, NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 078/2012-10430. RE F. AQUISIÇÃO DE ACHOCOLATADO E CUCA PARA DESFILE C ÍVICO E ENCONTRO DE BANDAS E FANAFARRAS.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7339	24/08/2012	BISSOM SONORIZACAO LTDA ME	2.980,00	2.980,00	59,60	SERVIÇO PRESTADO COM SONORIZACAO DURANTE DESFILE D E 7 DE SETEMBRO DE 2012.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7484	31/08/2012	PANIFICADORA MARYMARIA LTDA - FIL.	2.897,70	2.897,70	2.897,70	AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DO DESFILE CÍVICO ESCOLAR E DA MOSTRA DE BANDAS E FANFARRAS

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	8585	22/10/2012	JAMILSON JORGE SIMÃO	150,00	150,00	150,00	PAGAMENTO DE DIÁRIA A QUE TEM DIREITO QUANDO A VIA GEM A TRABALHO PARA SÃO MATEUS DO SUL/PR PARA LEVAR A FANFARRA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL LEOPOLDO SIMÃO PARA PARTICIPAR DE ENCONTRO DE BANDAS E FANFARRAS.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9061	14/11/2012	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A - BLU	200,00	200,00	200,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 254/2 012, NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 096/2012-10430. RE F. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO EXERCÍCIO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Indaial	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9064	14/11/2012	FUNDO MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	115,34	0,00	0,00	SERVIÇO PRESTADO COM PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 254/2 012, NA MODALIDADE DE PREGÃO Nº 096/2012-10430. RE F. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DO EXERCÍCIO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Indaial	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	7485	31/08/2012	PANIFICADORA MARYMARIA LTDA - FIL.	4.645,30	4.645,30	4.645,30	AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DO DESFILE CÍVICO ESCOLAR E DA MOSTRA DE BANDAS E FANFARRAS
Prefeitura Municipal de Indaial	19 - Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	361	7527	03/09/2012	AUTO VIACAO RAINHA LTDA.	3.510,00	3.510,00	3.510,00	PAGAMENTO REFERENTE LOCAÇÃO DE 13 ONIBUS PARA TRANSPORTAR ALUNOS PARA O DESFILE DE SETE DE SETEMBRO.
<b>TOTAL</b>						<b>371.522,25</b>	<b>371.298,78</b>	<b>367.711,33</b>	


**Cálculo detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:**

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)							DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Cumpriu / Não Cumpriu	
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	Despesas Liquidadas em 2012					
		Aumenta	Diminui			De Exercícios anteriores até o 1º Quadrimestre	2º e 3º Quadrimestres		Não Empenhadas	Inscritas em RP Não Processados	Empenhadas e CANCELADAS			
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>														
16	2.458,54	0,00	0,00	2.458,54	-34,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.492,96	Cumpriu
17	6.692,73	0,00	0,00	6.692,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.692,73	Cumpriu
18	534.438,43	0,00	0,00	534.438,43	66.637,57	0,00	280.088,35	30.122,26	0,00	0,00	0,00	0,00	157.590,25	Cumpriu
19	117.644,08	0,00	0,00	117.644,08	0,00	0,00	106.622,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.021,14	Cumpriu
22	104.717,79	0,00	0,00	104.717,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.717,79	Cumpriu
23	245.543,68	0,00	0,00	245.543,68	3.033,99	0,00	18.555,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223.953,78	Cumpriu
24	2.653.675,70	0,00	0,00	2.653.675,70	9.260,45	75.323,63	609.501,89	643.696,51	0,00	0,00	0,00	0,00	1.315.893,22	Cumpriu
47	1.697,05	0,00	0,00	1.697,05	110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.587,05	Cumpriu
48	77,40	0,00	0,00	77,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77,40	Cumpriu
49	3.370,07	0,00	0,00	3.370,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,07	Cumpriu
51	32.587,83	0,00	0,00	32.587,83	27,33	0,00	4.643,30	61,84	0,00	0,00	0,00	0,00	27.855,36	Cumpriu
52	316.163,82	0,00	0,00	316.163,82	142,34	4.331,36	17.022,32	7.670,02	0,00	0,00	0,00	0,00	286.997,78	Cumpriu
53	1.841,52	0,00	0,00	1.841,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.841,52	Cumpriu
54	109.660,44	0,00	0,00	109.660,44	0,00	0,00	1.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.992,44	Cumpriu
55	21.049,11	0,00	0,00	21.049,11	69,74	985,68	6.004,67	3.146,09	0,00	0,00	0,00	0,00	10.842,93	Cumpriu
56	45.112,71	0,00	0,00	45.112,71	23,04	100,75	909,74	4.197,34	0,00	0,00	0,00	0,00	39.881,84	Cumpriu
57	35.438,77	0,00	0,00	35.438,77	-1,00	0,00	13.990,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.449,57	Cumpriu
58	260.887,56	0,00	0,00	260.887,56	38.349,55	4.493,11	20.364,55	43.643,74	0,00	0,00	0,00	0,00	154.036,61	Cumpriu
60	241.599,87	0,00	0,00	241.599,87	0,00	0,00	30.079,85	4.526,09	0,00	0,00	0,00	0,00	206.993,93	Cumpriu
61	2.973,13	0,00	0,00	2.973,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.973,13	Cumpriu
63	4.904,39	0,00	0,00	4.904,39	0,00	0,00	0,00	560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.344,39	Cumpriu
70	22.712,43	0,00	0,00	22.712,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.712,43	Cumpriu
71	2.575.569,76	0,00	0,00	2.575.569,76	13.964,87	0,00	273.751,96	2.423,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.285.428,96	Cumpriu
83	1.066.297,34	0,00	0,00	1.066.297,34	37.057,81	253.713,65	422.440,46	171.306,79	0,00	0,00	0,00	0,00	181.778,63	Cumpriu
89	17.461,48	0,00	0,00	17.461,48	0,00	0,00	4.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.198,48	Cumpriu
90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.205,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-61.205,27	Não Cumpriu
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>												<b>-61.205,27</b>		
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>														
0	2.770.953,92	0,00	0,00	2.770.953,92	241.740,16	341.949,34	1.484.763,69	137.049,73	0,00	0,00	0,00	0,00	565.451,00	
1	670.568,60	0,00	0,00	670.568,60	34.269,40	5.436,09	597.899,74	20.041,93	0,00	0,00	0,00	0,00	12.921,44	
2	354.191,17	0,00	0,00	354.191,17	10.165,54	0,00	271.770,52	910,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.345,11	
<b>T.</b>	<b>3.795.713,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.795.713,69</b>	<b>286.175,10</b>	<b>347.385,43</b>	<b>2.354.433,95</b>	<b>158.001,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>649.717,55</b>	<b>Cumpriu</b>